

### MESA DIRETORA

**JALSER RENIER PADILHA**  
PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAÍAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

#### Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

#### Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Francisco Flamarion Portela;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

#### Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Francisco Flamarion Portela;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

#### Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

#### Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

#### Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingú - PSL.

#### Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Francisco Flamarion Portela;
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

#### Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingú - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

#### Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingú - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP.

#### Comissão de Indústria, Empreendedorismo,

#### Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingú - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

#### Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingú - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Flamarion Portela;
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB.

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

#### Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B.

#### Suplentes:

- 1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
- 2º - Deputado Flamarion Portela.

## SUMÁRIO

**Superintendência Legislativa**

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias  
- Memo nº 001/2017 e Atas 02

Comissão de Saúde e Saneamento - Edital de Convocação  
nº 002/2017 07

**Superintendência Administrativa**

Extrato de Contrato nº 013/2017 07

Extrato do 1º Termo Aditivo - Contrato nº 005/2016 08

Extrato do 1º Termo Aditivo - Contrato nº 006/2016 08

**Superintendência de Gestão de Pessoas**

Errata da Resolução nº 2408/2017 08

Errata da Resolução nº 2419/2017 08

Resoluções nº 2427 e 2429/2017 08

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA****DAS COMISSÕES**

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS**

MEMO Nº 001/17

Em: 30/03/2017.

À Senhora Danielly Vanderlei de Moraes

Gerente de Arquivo e Documentação

Assunto: Publicação de Atas

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para serem publicadas extemporaneamente, as Atas abaixo elencadas:

✓ Ata da Reunião de 30-08-2016 – Aprovação de Audiência Pública, solicitada por meio do Ofício n 034/2016 – Associação Roraimense pela Diversidade Sexual;

✓ Ata da Audiência Pública realizada no dia 06/09/2016.

**Dep. Naldo da Loteria**

Presidente da Audiência Pública

**ATA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2016.**

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias com a finalidade de aprovar Audiência Pública, solicitada pela Associação Roraimense pela Diversidade Sexual, sob a Presidência do Senhor Deputado Joaquim Ruiz com a presença dos Senhores Deputados Soldado Sampaio, Izaías Maia, Zé Galeto e Dhiego Coelho. **ABERTURA:** Havendo “quórum” regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião, solicitou à secretária desta Comissão proceder à leitura da ata da Reunião anterior. À requerimento do Deputado Zé Galeto foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias com antecedência a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação pelos Membros da Comissão, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos membros presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** Ofício nº 034/2016, da Associação Roraimense pela diversidade sexual, solicitando apoio para uma audiência pública, foi posto em votação e aprovada a Audiência Pública pelos membros da Comissão. **ORDEM DO DIA:** Não houve. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às nove horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Edângela Maria de Siqueira Lopes, secretariei e lavrei a presente Ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Joaquim Ruiz**

Presidente da Comissão.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE “A VIOLÊNCIA VIVIDA PELA POPULAÇÃO LGBT NO ESTADO DE RORAIMA”, REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2016**

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze horas e cinco minutos, no Plenário Valério Magalhães, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, acima epigrafadas, sob a Presidência do Senhor Deputado Naldo da Loteria, em Audiência Pública, para discutir sobre “A violência vivida pela população LGBT no Estado de Roraima”. O Senhor Presidente da Audiência Pública, Deputado Naldo da Loteria, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense declarou abertos os trabalhos da presente Audiência Pública, solicitada pelo Senhor Roberto Rodrigues Moraes, Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual, sobre a violência vivida pela população LGBT no Estado de Roraima. A seguir, o Senhor Presidente iniciou a composição da mesa: Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual (Grupo Diversidade), o senhor Roberto Rodrigues Moraes; a representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUC e Diretora do Departamento de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Esdra Brilhante; representando a Universidade Federal de Roraima, o Professor Dr. Marcos Antônio Braga Freitas; representante da Defensoria Pública Estadual de Roraima, Dr. Natanael de Lima Ferreira; Dr. Sebastião Diniz, Psicólogo fundador do Movimento LGBT e Secretário de Saúde da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais. O Senhor Presidente de posse da palavra, desejou a todos uma boa acolhida na Assembleia ressaltando que para ele um dos maiores problemas da diversidade

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

**Gerente de Documentação Geral**

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Diagramação**

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

é o preconceito, que há alguns anos era só em relação à cor, mas com a evolução da sociedade, com a liberdade das pessoas se expressarem, de se manifestarem, de conviverem de acordo com a sua natureza e opção sexual, os preconceitos têm aumentado. Então, esta audiência vem no sentido de esclarecer e informar a sociedade, sobre os direitos garantidos das pessoas, o respeito que os seres humanos precisam e merecem. Dando continuidade, passou a palavra ao Senhor Roberto Rodrigues Moraes, Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual, (Grupo Diversidade), e em seguida, a palavra estaria franqueada aos demais.

Roberto Rodrigues Moraes (Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual) – Cumprimentou a todos os acadêmicos e LGBTs presentes na Audiência Pública, informou que a presente Audiência Pública foi solicitada para discutir as políticas públicas para a população LGBT, uma vez que a questão da violência é muito presente neste meio. Num breve relato histórico, falou, que a militância do Grupo da Diversidade no Estado iniciou há 15 (quinze) anos, em 11 (onze) de setembro de 2001, quando alguns militantes, que hoje são representantes do movimento social pela luta dos direitos humanos da população LGBT, reuniram-se pela primeira vez. O Senhor Sebastião Diniz Neto, a Senhora Sandra dos Santos e a Senhora Sílvia Reis foram os precursores na luta pelos direitos da população LGBT. Foram realizadas reuniões com discussões, pois entenderam que a população LGBT estava sendo massacrada pela violência, pela desigualdade e principalmente pela falta de políticas públicas, que garantissem os direitos igualitários a todos os cidadãos. E, somente no ano de 2003, mais exatamente no dia 27 de julho de 2003, o Grupo Diversidade se tornou uma instituição com finalidade jurídica, mas sua luta vem desde 2001, quando estes bravos militantes levantaram a bandeira para defender os direitos da população LGBT e deu início ao Grupo Diversidade. Hoje, o Grupo Diversidade trabalha com a política voltada à população LGBT, dentro de todos os parâmetros, seja ele no campo da educação, da saúde, da segurança e da igualdade social. O grupo busca que a população não tenha direitos a mais nem a menos, mas, sim, o reconhecimento de direitos como qualquer cidadão brasileiro, para que não haja necessidade de um LGBT ser assassinado e para que entendam a necessidade de políticas específicas na segurança para garantia da vida do ser humano enquanto LGBT. Precisamos de políticas que sejam de formas pontuais também na saúde, para que as meninas travestis, quando chegarem a uma unidade de saúde sejam respeitadas pela condição de ser o que elas são, e não sofrerem discriminação, serem estupradas de forma preconceituosa, utilizando-se de uma derivação de nome que não as contempla, sendo que o Estado já possui uma Lei, dizendo que todas as meninas travestis ou qualquer pessoa LGBT tenha o direito de ser identificada e respeitada pelo seu nome social. Informou que estão trabalhando para que esta política seja implantada, e que não seja somente o combate à violência física, mas também a psicológica, institucional, a violência dentro das unidades de saúde, nas escolas, nas universidades. Não é somente fazer um *lobby* de que se combate a violência, mas tem que se colocar em efetividade política, para que ela seja cumprida. Para que as Leis existentes no Estado sejam aplicadas. Hoje, podem parabenizar dois conselhos no estado, que são: o Conselho Estadual de Saúde de Roraima e o Conselho Municipal de Boa Vista, que aprovaram a política integral de saúde para a população LGBT e a utilização do nome social pelas pessoas travestis e transexuais, existe resolução, que precisam se cobradas para que nossos gestores e esta Casa Legislativa ao fazerem as Leis, que elas sejam respeitadas. É inadmissível que a população LGBT hoje, sofra de violência na rua, de assassinatos cruéis, a discriminação dentro das universidades, a questão dos maus-tratos, não pelos funcionários em si, mas pela ignorância que ainda percorre as entidades de saúde, onde o Gay chega para ser atendido, não é chamado pelo nome dele e, sim, de viado, ou de travesti. Não é travesti. É aquela senhora, aquela moça. Temos que acabar com isso, a sociedade tem que aprender que respeito é o primeiro passo para garantir o fim da violência e tem que se combater todas as formas de violências, sejam elas no âmbito institucional, ou a física que parece ser a mais danosa, mas na realidade não é, porque hoje na nossa sociedade a forma de violência mais danosa é a violência psicológica. Em relação a qual se tem relatos no Brasil, e quem sabe aqui em Roraima, só que não se tem conhecimento explícito, porque muitas famílias escondem. Aquela violência psicológica que leva até os LGBTs cometerem suicídio, porque a família não aceita, porque na escola chamam ele de “gayzinho”, porque a menina que é travesti, quando chega na escola vão mandá-la virar homem, vai te vestir de homem, isso também é violência! É preciso combater todos estes tipos de violências, seja no campo da educação, saúde, da justiça, enfim, em todos os lugares, em todas as esferas. Não se pode aceitar que a violência se perpetue, tem que se ter o olhar crítico e começar a verificar que a militância dos grupos LGBTs, não é somente para a realização de eventos comemorativos. Claro que tem que comemorar os avanços nas políticas públicas em nível estadual e nacional. Enfatizou que tem que se comemorar as conquistas, mas tem que se ter consciência da necessidade de trabalhar as políticas de forma ampla, que as políticas sociais sejam estendidas também a toda a população LGBT. Não se pode aceitar um País que discrimina

alguém simplesmente por ser travesti. Não podemos aceitar que no nosso estado um gay seja discriminado. Isto é falta de respeito, é violência. E há 15 anos, desde que os militantes se uniram para iniciar esta luta na defesa dos direitos humanos, o grupo diversidade luta para que os LGBTs sejam reconhecidos não como pessoas diferentes, mas como pessoas que têm os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro. O LGBT paga imposto igual a qualquer outro cidadão. Não estão buscando privilégios, buscam igualdade de direitos. O LGBT não escolhe esta condição, então, a sociedade tem que entender que ele tem que ser respeitado como ele a respeita. Não faz diferença se é gay, preto, branco, lilás, roxo, não importa, o ser humano tem que ser respeitado e ser preservada a sua dignidade. O que se esquece hoje é de olhar para o ser humano, vendo o que é que está se fazendo para o próximo, pensar em não fazer aos outros o que não gostaria que te fizessem. E quando vieram a esta Casa solicitar esta Audiência Pública, foi para trazer o histórico do grupo diversidade, o histórico de luta. Precisa-se fortalecer a questão dos direitos humanos para todos, incluindo os LGBTs no estado de Roraima. É preciso fortalecer e defender a população LGBT de forma igualitária. Mas não se pode lutar por uma sociedade igualitária quando somos tratados de forma desigual, com os direitos usurpados por uma sociedade preconceituosa, que discrimina, que entente que o gay tem que morrer, que a menina travesti tem que ser espancada e a mulher que é lésbica tem que ser estuprada para parar de ver mulher se agarrando com mulher. Não se pode aceitar este tipo de preconceito. Tem que acabar com estes tipos de violência. É preciso que as políticas públicas não fiquem somente em leis, em resoluções, em protocolos, em portarias, mas sim que sejam efetivadas, respeitadas, e já há 15 anos o Grupo Diversidade está nesta luta. Existe uma grande provocação dentro da área da saúde, desde 2011, início de 2012, o Ministério da Saúde publicou a portaria da Política Nacional de Saúde Integral para a população LGBT. Desde então, o Grupo Diversidade está numa luta ferrenha de bate porta, leva porta na cara, para que a política seja implantada dentro do Estado. Quando se refere ao Estado, não é a questão do governo em si, é enquanto Estado de Roraima, seja em nível estadual ou municipal, porque se luta para que as diferenças sejam respeitadas, para que a violência seja diminuída e para começar, que as leis sejam cumpridas e a luta a ser feita não seja somente hoje, nesta Audiência Pública, ela é todo dia. Todos os dias ao acordar, se vê o aumento de assassinatos à LGBTs em nível nacional, muitas vezes simplesmente por não gostarem de lésbica, de gay, de travesti, acham que eles devem morrer, pelo simples fato de possuir uma opção sexual diferente. É dever da sociedade em geral provocar do Poder Público, cobrar desta Casa, como da Câmara e do Executivo para que a violência contra a população LGBT seja combatida. Tem que se chegar ao ponto de dizer que o Estado de Roraima é o primeiro estado no Brasil, onde a violência homofóbica é praticamente zero, se não for nula. Por isso, é preciso unir forças, trabalhar e caminhar juntos, não se pode levar como referência, o resto do Brasil, onde morre um LGBT a cada 28 horas. O que se quer é dizer que aqui no Estado de Roraima, em 28 meses não morreu nenhum LGBT, ou melhor, daqui a 28 anos possam dizer que não morreu nenhum LGBT no Estado de Roraima por crime de homofobia, por violência, não existe violência psicológica e que o LGBT é respeitado. Questionou se seria um sonho ou utopia e que podia até ser, mas é pelo que lutam, precisam lutar pelo que querem e acreditam. E, acredita-se que, tanto o grupo da diversidade, representante de outras associações, representante dos movimentos sociais como alunos, acadêmicos, colaboradores e pessoas que se dispuseram a vir participar desta Audiência poderiam ajudar. E que a partir daqui, teriam em setembro uma comemoração do Orgulho LGBT, que já é marco do calendário há 15 anos, que muitos falam a Parada LGBT, mas, o Grupo LGBT procura focar não só a “Parada” e sim o “Orgulho” de suas conquistas e quem sabe, daqui há 1, 2, 3, 4... 8 anos, pudessem chegar nesta mesma Casa de Leis, na mídia ou em qualquer canto do Estado para comemorar o menor índice de violência contra a população LGBT em Roraima por homofobia. Disse ainda, que o Estado de Roraima é o mais laico. O Estado que mais respeita a população LGBT no Brasil e que possa se transformar em referência para o mundo. É preciso trabalhar esta realidade cujo resultado só se alcançará com o apoio do Legislativo, do Executivo, dos movimentos sociais e da população. Uma das principais reivindicações do Grupo Diversidade, com esta Audiência Pública, é propor a esta Casa de Leis, o reconhecimento do Grupo Diversidade como Utilidade Pública. Uma instituição que trabalha defendendo os direitos humanos desta população, procurando que todos sejam respeitados de igual forma. Concluiu agradecendo.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) – Na posse da palavra cumprimentou o Professor Doutor Palermo Cito, da Universidade Federal de Roraima; Ricardo Matos, Presidente do Conselho Municipal de Saúde; Daniela Barbosa, representante da Coordenação da Atenção Básica da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima; Senhor Sebastião Diniz, Diretor Executivo da Associação Roraimense pela Diversidade; e o Professor Doutor Lindenbergh, da Universidade Federal de Roraima. Dando continuidade, passou a palavra ao Senhor Sebastião Diniz.

Senhor Sebastião Diniz (Diretor Executivo da Associação Roraimense pela

Diversidade) – Cumprimentou todos os presentes em nome do Deputado Naldo, agradeceu a oportunidade de estar sendo realizada a presente Audiência Pública, juntando ao agendamento da Parada do Orgulho LGBT 15 anos de lutas, conquistas e avanços no Movimento LGBT em Roraima, cumprimentou o Professor Marcos Braga, Roberto e demais presentes para debater um assunto de suma importância, não só para a população LGBT. Declarou ser o fundador do Movimento LGBT, passou muitos anos na Presidência do Grupo Diversidade e tem orgulho de ser hoje referência no Brasil e no mundo. E, em se tratando de políticas voltadas para população LGBT, afirmou ser sabedor da dificuldade em discutir alguns temas relevantes como os direitos dessa população. Deixou registrado, que desde janeiro de 2006, o Grupo Gay da Bahia – GGB, é o único grupo que faz o relatório anual dos crimes homofóbicos no Brasil, no site constam as mortes diárias por homofobia, foram 318 LGBTs assassinados em 2015 e, que um crime de ódio acontece a cada 28 horas, com 50% de gays, 37% de travestis, 16% de lésbicas e 10% bissexuais. A homofobia mata 7% das pessoas que inclusive, não são LGBTs, . Isso quer dizer, que se um hétero tiver um estilo de vida diferenciado dos demais, ele também sofre homofobia ao ser confundido com os gays e 1% pelo simples fato de amar e se relacionar com travestis. Então, a partir da descoberta desse relacionamento acontece a violência. Proporcionalmente, as travestis, as transexuais são mais vitimizadas, o risco de uma transexual ser assassinada é 14 vezes maior que de um gay. Se compararmos com os Estados Unidos, foram 119 travestis brasileiras assassinadas em 2015, enquanto que as americanas 21. No Brasil há nove vezes mais chance de mortes violentas, em comparação às travestis Norte-Americanas, segundo agências internacionais mais da metade dos homicídios no mundo ocorrem no Brasil, segundo fonte do GGB. No perfil por região, a primeira é a sudeste que vem com 65 assassinatos na cidade de São Paulo, na Nordeste, a Bahia com 33, se comparar com a população total, o Mato Grosso do Sul é o estado mais homofóbico com 6,49% de homicídios para cada 1 milhão de pessoas, Em segundo, vem o Estado do Amazonas com 6,45% para a população total do Brasil. O índice de assassinato de LGBT é de 1,57% para cada 1 milhão de habitantes. As mortes violentas de LGBT foram registradas em 187 cidades brasileiras, incluindo pequenos centros urbanos, como uma cidadezinha no interior da Bahia com 7 mil habitantes, que entrou também nas estatísticas de morte por homofobia. Manaus, na região norte, teve 23 assassinatos em 2015, 11,3 mortes para cada 1 milhão de habitantes, seguida de Porto Velho, cuja as 5 mortes representadas, 10,1 por 1 milhão. No exterior uma travesti e um gay foram assassinados na Espanha e nos Estados Unidos foram incluídos também 5 suicídios de homossexuais masculinos. Em termos regionais, 318 assassinatos documentados em 2015. O nordeste continua liderando a violência com números absolutos de 106% de óbitos, seguidos do sudeste com 99%; o norte com 50%; centro-oeste com 40% e 21% no Sul, porém se for comparar o total da população regional, o norte foi a região mais homofóbica, com 2,9% de assassinato para cada 1 milhão de habitantes. Se presumir que o maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o Sul e o sudeste são as regiões com menor índice de crimes homofóbicos. Para o Luiz Moti, do grupo GGB não se observou no geral das tendências presumíveis fixas nos crimes homofóbicos, já que variam inexplicavelmente diversas de suas características por ano, ao começar pelo número total de crimes. Em 2013 foram 312 LGBTs assassinados no Brasil, aumentando para 326 em 2014 e baixando para 318 em 2015. Em 2014, Roraima entra no rol como o estado mais violento para a população LGBT, quando saiu uma matéria na revista exame, informando 6 crimes, fora, a violência sofrida na rua e a intrafamiliar. Então, é importante que o movimento LGBT prove que estes debates, nas Casas de Leis, Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, para que realmente as políticas públicas sejam implementadas de fato e de direito. Que as resoluções tiradas das conferências Municipais e Estaduais sejam desenvolvidas, implementadas, de uma forma responsável para que a da população não tenha estes dados estatísticos negativos ao final de cada ano. O maior número de suicídios acontece na época festivas como o dia dos pais, natal, ocorrendo na autoafirmação da identidade pessoal desses jovens e adolescentes, que estão se descobrindo, fortalecendo a sua cidadania, se deparando com o preconceito de seus familiares ao assumir sua opção sexual. É importante também registrar, que a maioria das violências sofridas pela população LGBT, são por pessoas de seu convívio íntimo. É importante fazer esta reflexão e não passar a ser vítimas de pessoas erradas, que os mesmos deixam adentrar em suas vidas, na sua intimidade e terminam, muitas vezes, assassinados tragicamente com requintes de crueldade. As mortes que hoje se apresentam em todo o país são extremamente violentas, elas não são banais como outra morte qualquer, pois, além do crime em si, a intenção é de deixar uma mensagem da desistência, do medo e do ódio. Infelizmente, no Brasil não se tem uma Lei que possa punir, coibir ou inibir este tipo de agressores, tanto pela violência psicológica como pelo crime letal. É preciso que nosso país tenha essa lei contra a homofobia, o LGBT não quer privilégios, eles querem apenas ser amparados pelos mesmos direitos de todos os cidadãos brasileiro, como existe a Lei contra racismo e

mesmo assim, o racismo continua sendo forte no Brasil. Recentemente uma matéria apresentada no noticiário chocou a população, uma cidadã negra estava na praia, enquanto uma outra pessoa “branca” se negava a permanecer no mesmo local, junto da família desta pessoa negra. Infelizmente, este ódio está externado por pessoas que usam o seu poder, a sua imunidade parlamentar para se beneficiar, para prevalecer a sua vontade. Precisa ser coibido, dizer que os LGBTs querem e merecem os mesmos direitos. O artigo 5º da Constituição garante a todos, o direito de ir e vir, de ser o que quiser, desde que seja dentro da Lei. Ninguém é obrigado a aceitar o LGBT, mas sim respeitá-lo, porque pagam os seus impostos e respeitam a todos igualmente, possuem o direito de transitar por todos os lugares como qualquer outro ser humano. O que choca, ainda, é ter pessoas se posicionando de uma forma tão arrogante e prepotente para estimular o preconceito na escola, porque é na escola onde se forma o cidadão. Precisa-se trabalhar mais a conscientização, a prevenção nas famílias, porque o LGBT também é família, não é nascido de chocadeira, possuem os seus endereços genéticos, precisam ter o olhar de respeito da sociedade com dignidade e as políticas públicas sendo implementadas. Então, fazendo esta reflexão, é que se trouxe para este Plenário, por meio desta Audiência Pública, a presente discussão. Prosseguindo, solicitou ao Presidente, Deputado Naldo da Loteria, para que pudesse reunir, para dar uma melhor condição ao Conselho Estadual da Saúde, que está funcionando hoje sem nenhuma estrutura financeira. É preciso que os Parlamentares destinem recursos para o Conselho Estadual LGBT, por meio do Plano Plurianual, visando desenvolver mais medidas preventivas contra o preconceito no Estado de Roraima e em nosso Município. Então, o objetivo desta Audiência Pública é solicitar verbas para o Conselho desenvolver as ações necessárias e que a primeira Associação do Estado de Roraima, o Grupo Diversidade, seja reconhecido como de utilidade pública, pois hoje se encontra sem um teto para funcionar. O espaço utilizado era cedido e não possui mais condições de funcionar, porque o valor do aluguel está muito alto, além de outras questões de ordem organizacional de uma associação. Também é importante ressaltar na história do Movimento LGBT, que em 1996, unido à travesti Luana Barros e ao Mota Cabeleireiro, tentaram fundar o primeiro Sindicato LGBT neste Estado. Foi de lá com uma proposta, onde, algumas pessoas chegaram a participar daquela reunião, mas naquele tempo, não existia a mesma tecnologia de agora, e as informações de acesso à internet eram muito mais difíceis. Só existia o Grupo GGB, que é o mais antigo no Brasil e um grupo em Rondônia, chamado Camaleão. Se forem pesquisar, isso está registrado em uma monografia na Universidade Federal de Roraima, o grupo afirmou já ter passado junto a outros companheiros para ajudar a instituir a história do Movimento LGBT no Estado de Roraima. Agradeceu ao Deputado Naldo e ao Professor Marcos, dizendo ainda, que é preciso avançar na luta contra a homofobia, a cada 26 horas, um LGBT é assassinado neste país e no Estado de Roraima. Perguntaram, hoje, quantas pessoas já morreram este ano? Não se pode ficar esperando pelo GGB, para consolidar um relatório tão importante que a responsabilidade da Segurança Pública. Por isso, se está cobrando a implementação dessa política pública na Secretaria de Segurança e que se tenha acesso a esses dados estatísticos. Concluiu agradecendo.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) – Registrou a presença da Senhora Kelly Sabatella e lembrou ao Senhor Sebastião que a discussão do orçamento terá início em dezembro próximo e, sugeriu que fizessem uma visita à Assembleia para que pudessem discutir junto aos Deputados essas demandas, já que cada Deputado tem o direito de disponibilizar de 2 (dois) milhões em emendas, cabe ao grupo conversar e colocar a importância de suas demandas, garantindo que nem todos, mas a grande maioria se sensibilizará com a causa. Em seguida, passou a palavra para a Senhora Catarina Figueiredo, representante dos travestis e das transexuais, com sua ausência, aproveitou para comunicar a todos que desejassem fazer perguntas aos Membros da Mesa, que fizessem por meio dos formulários que seriam distribuídos pela Comissão e posteriormente encaminhadas à Mesa. Logo após essa fala, passou a palavra ao Professor Dr. Marcos Antônio Braga Freitas, representando a Universidade Federal de Roraima com o tempo de cinco minutos.

Marcos Antônio Braga Freitas (Professor Doutor da Universidade Federal de Roraima) – Cumprimentou a todos os presentes em nome do Presidente desta Comissão, Deputado Naldo da Loteria, a quem esclareceu, estar representando o Professor Dr. Jéferson Fernandes do Nascimento, Reitor da Universidade Federal de Roraima, aproveitou ainda, para afirmar que em relação a presente Audiência, espera que, além de ser um momento de debate, seja também de informação, tanto à população, quanto aos Parlamentares. Em nome do movimento, cumprimentou Kelly Sabatelly enquanto Presidente da ATERR – Associação das Travestis e Transsexuais de Roraima; Roberto Rodrigues do Grupo Diversidade, aos acadêmicos da UFRR dos cursos de Enfermagem, Ciências Sociais, Engenharia civil; aos colegas da Universidade, Professor Linoberg; professor Jaime Louzada do curso de Enfermagem e o professor Parmênio e aos demais da sociedade e seus segmentos. A seguir, afirmou que pensar nessa questão das políticas de atenção à população LGBT é situar

historicamente à questão dos direitos humanos que vai se formando e ganhando visibilidade após a Segunda Guerra Mundial. Então, tem um demarcador temporal com a própria declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, e, claro, que nesse contexto os movimentos também vão se organizando. No Brasil, isso foi bem presente nos anos 60 e 70 com o movimento estudantil, de contracultura, o movimento LGBT e tantos outros. O Deputado Naldo fala que o preconceito hoje, existe por conta da adversidade, na realidade a adversidade já existia, o problema agora é a visibilidade do movimento, de romper com o modelo de sociedade homogênea, de um único padrão cultural e de um estado coercitivo. E nesse estado coercitivo, vem o embate do ponto de vista das reivindicações, falou que era interessante o Deputado Naldo, citar essa evolução justamente no sentido das mudanças e transformações contemporâneas desses movimentos, que vão se tornando protagonistas e sujeitos da história. É claro que formado dentro de um paradigma biológico das ciências, que é chamado de ciências médicas, sobretudo, com essas teorias do século XIX, em que fugir deste padrão biológico seria uma anormalidade, isso dentro do conceito de identidade de gênero, que é uma discussão que começa nos anos 60 com o médico psicanalista norte-americano, Robert Stork, que justamente fala do sexo como ponto de vista nessa relação natureza biológica, ele vai ter uma tradição forte na biologia na questão do gênero, da cultura, que vai ser um processo de construção biológica social da masculinidade e feminilidade, mas do ponto de vista de outras questões que estarão presentes, que não vão dar mais em conta o viés biológico, que isso vai ser dominante nas ciências jurídicas, o de usar operadores do direito, como também na medicina, que a medicina vai trazer uma temática para pensar essa questão, que vai se chamar sexologia. Disse que hoje, quando se fala da questão LGBT, é importante que ela vá ter uma abordagem interdisciplinar. Falou que não são apenas às ciências biomédicas que irão dar conta só no viés biológico, nem só às ciências jurídicas, mas, terá a antropologia, a sociologia e psicologia. E, do ponto de vista da antropologia, não é tradição fazer esses estudos, porque está presa a ideia de mito, de parentesco e outras questões, mas vão ter estudos iniciais já nos primeiros anos do século XX com a questão sexual, que Malinovsk vai desenvolver com os povos Trobriandeses, no Pacífico Ocidental. Não se deve esquecer, que o parâmetro de cultura é diferente, o contexto falado é do ocidente, de um estado moderno, não está indo muito mais essa digressão histórica pretérita, então, tem essa questão toda, mas dá para passar para o próximo item, quando ele vai dizer a orientação sexual entendida como o desejo sexual, por pessoas do mesmo sexo, em vez, da causa origem da decorrência dos determinantes sociais da construção da pessoa nos quais estão jogos, formas e percepção de representação da anatomia e da fisiologia sexual. A participação da visão do trabalho e convenções da corporalidade e aparência do modo, gênero e sexo são interessantes, porque são estudos recentes organizados pelo antropólogo brasileiro Antônio Carlos Sousa Lins, que vai trazer justamente essa questão que eu acho que o Dr. Natanael vai trazer, que é os direitos sexuais e reprodutivos e é um dos livros didáticos que fala da identidade de gênero, identidades sexuais, limites da sexualidade, sexo e gênero, tentar perceber essas mudanças e transformações, que vão romper com esses conceitos e paradigmas, determinismo biológico. É importante esse avanço que o Brasil deu nas duas últimas décadas, resultado desta luta, dos movimentos sociais no caso, o movimento LGBT. Quando começa o movimento gay em São Paulo, as grandes paradas vão se tornando cada vez mais visibilizadas e expandidas para outras regiões brasileiras. Em 2004, o programa “Brasil sem homofobia”, de Combate à violência e discriminação contra LGBT e da promoção da Cidadania homossexual. Em 2008, com a primeira Conferência Nacional para pensar essas políticas e sua implementação. Acrescentou que o Roberto trouxe informações sobre o SUS, que em 2011, instituiu a portaria para a política nacional integral de saúde do ponto de vista do próprio judiciário, quando reconhece a união homoafetiva, e vem a Lei federal já assinada pela Presidente Dilma, que reconhece o nome social das travestis e transexuais. Disse ainda, ter trazido essas informações, porque é importante, enquanto Universidade, o nosso papel não é só fazer ciência na escola, de pesquisar. Mas, que seja uma pesquisa de intervenção, de transformação, que possa dar resultado no processo, não só para aquisição de título, de um aluno que fez monografia, qual foi o resultado da intervenção social dessa monografia ou desse PCC, dessa Tese ou Dissertação, do ponto de vista para o empoderamento e o fortalecimento dessa população. Isso sim é o papel que a gente vai chamar do ponto de vista de uma ciência, que pensa em mudança e transformação, não a ciência, porque a Universidade é burguesa. Disse ainda, que ela nasce para atender um povo específico, contemporaneamente, é na atualidade que vai se tornar uma universidade inclusiva, com as ações afirmativas, com a luta da diversidade, e aí sim, pois a universidade sempre esteve de costas para a sociedade, mesmo que esta sociedade seja a mantenedora, pois se fica preso na nossa caserna, em nossos estudos e aí é que entra, quando se fala o tripé acadêmico: ciência, ensino e extensão. Como é que realmente a extensão vai ser esse elo, que vai ter um diálogo da Universidade com a sociedade, ela pode estar digamos empoderando, fortalecendo no caso os

movimentos? Claro que a Universidade é jovem, tem apenas 27 anos. Citou ainda, estar há 12 anos na casa, e que tem dado alguns primeiros passos do ponto de vista de intervenção e de fortalecimento dessa população e continua trazendo a própria resolução referente o ano passado, do Conselho Universitário, que dispõe do uso do nome social no âmbito da Universidade, que na autonomia não se pode intervir nos outros espaços, mas não na Universidade, o aluno, a travesti, ela tem o direito, seja ela funcionária ou estudante de usar o seu nome social. Isso é uma resolução interna, aprovada em abril do ano passado, cujo o relator foi o professor Linoberg, enquanto conselheiro, representando o Centro de Ciências Humanas e, que naquele momento, estava no Conselho Universitário. A outra questão, do ponto de vista da extensão Universitária, foi quando aconteceu nos anos 80, o primeiro fórum para pensar a extensão Universitária brasileira, que vem se tentando criar o seu plano nacional, e hoje, tem 8 eixos, um dos eixos é o que chamamos de direitos humanos e justiça, é nesse eixo. É claro que tem o eixo de comunicação, trabalho e outros, mas esse é o que estará diretamente voltado ao que chamamos de populações vulneráveis, onde, entram negros, quilombolas, indígenas e no caso, a população LGBT, que é para pensar como estão os projetos e programas com esse grupo, em como a Universidade vai buscar este diálogo. Continuando, relatou uma experiência interessante de 2006 a 2009 na Pró-Reitoria de Extensão, com a professora Geysa Alves Pimentel, em que juntos, coordenaram um trabalho intitulado Educação Diversidade Cultural e Direitos Humanos em Roraima, trouxeram o grupo diversidade para dentro da Universidade, para eventos, para seminários, para atividades, não só a diversidade, como até dentro do campo do Curso de Especialização de Segurança Pública e Cidadania. Segundo o palestrante são experiências pontuais que eles têm feito enquanto Universidade, para atender as demandas locais, regionais e do ponto de vista pode ser pouco, mas já houve avanços para superar esse distanciamento entre a universidade e a sociedade. Então, são as experiências pontuais, se existe hoje essa resolução é porque alguém bateu à porta e reivindicou e hoje se têm esses projetos. Então, além desse Campo é importante repensar também, nos desenhos curriculares, em como estão formando esse jovem, que vai ser inserido no chamado mercado de trabalho e da sociedade. Trouxe, ao mapear os projetos políticos - pedagógicos, três disciplinas, sendo uma da antropologia, com o estudo de gêneros que está no seu PPP, que é interessante ao curso de enfermagem dentro da abordagem interdisciplinar e as práticas interdisciplinares e a interação ensino, serviço e comunidade, um ou dois seriam interessante, pois ela cria esse diálogo com adversidades, claro que outros cursos também, com certeza, têm nos seus desenhos curriculares, mas selecionou esses dois por terem essa preocupação que o Deputado Naldo trouxe sobre a evolução, que são as mudanças e transformações. Indagou como é que essa Universidade está inserida e acompanhando essas dinâmicas dos movimentos na formação do seu quadro de estudantes, lidando também com essa diversidade na educação indígena, com a saúde indígena, no caso, as populações LGBTs e que se tem de pensar Senhor Deputado, como é que essa esta Casa, “Independente e mais perto de você”, enquanto lema, slogan, poderiam para 2017, empoderar e fortalecer esse movimento em parceria com a Universidade. O Roberto já deu algumas pistas interessantes, que não é só o reconhecimento do grupo diversidade pelo histórico, não somente com a população, mas ele trabalha a sociedade como um todo, do ponto de vista do reconhecimento de utilidade pública. Complementou que a outra questão, esta Casa poderia indicar. Sugeriu ao Secretário da SEJUC, fortalecer o núcleo LGBT, porque a Sabrina estava sozinho enquanto Núcleo no âmbito da Secretaria de Justiça do Estado de Roraima, para se tornar uma equipe multiprofissional e trabalhar essas políticas, já houveram três conferências estaduais e uma só pessoa não vai dar resultado, uma única militante, uma ativista que hoje é a representante do núcleo. Disse que a outra questão que garante o orçamento no Conselho Estadual é lei, criada em 2013, do Conselho Estadual de Defesa do Direito da População LGBT do Estado de Roraima e que a Silvia não pôde estar presente devido a problemas de saúde, enquanto presidenta, e, fechou sua fala nesses encaminhamentos para reflexões; pensar o mapeamento das políticas públicas em atenção à população LGBT pra ver como entra no PPA de 2017, também estabelecer essa cooperação técnica com a Universidade visando esse trabalho, é um Estado pequeno, com 15 municípios, que têm acesso para pensar, procurando ver qual o impacto concreto nos 15 municípios, incluindo a capital Boa Vista. Concluiu sua mensagem, sua reflexão tendo como debate. Salientou, ainda, que os estudos acadêmicos estão aí justamente para refletir os novos desafios dessa contemporaneidade e finalizou agradecendo a todos.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) – Informou aos presentes que o Presidente desta Comissão, o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, por um problema de saúde, não pôde presidir os trabalhos, os demais Membros da Comissão estão participando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Prisional e estão hoje fazendo visitas “in loco”. Disse ainda, que como Membro da Mesa Diretora, acompanhado do Deputado Zé Galetto, fizeram questão de estar presentes para prestigiar a presente Audiência Pública. Para dar continuidade passou a palavra ao Dr.

Natanael de Lima Ferreira, Corregedor-geral da Defensoria Pública Estadual.

Corregedor-Geral Dr. Natanael de Lima Ferreira (Representando Defensoria Pública Estadual) – Após cumprimentar os presentes, disse acreditar que a Assembleia Legislativa, abrindo espaço para esta Audiência Pública, acaba por cumprir a sua função social e de fato representar a casa do Povo, quando dá voz a um grupo que se encontra em estado de vulnerabilidade social. A Defensoria Pública, órgão ao qual pertence, vem de uma trajetória de 3 a 4 anos estreitando relações com o grupo LGBT na defesa e garantia de direito. A Defensoria Pública tem dentro das suas funções, além da assistência judiciária, a questão da educação em direitos e das falas que o antecederam, acredita, que um dos pontos que mais chamam atenção é a questão da necessidade de se dar visibilidade a este grupo que se encontra cotidianamente, diuturnamente vitimizado por toda a carga de violência, e, aqui, já bem lembrado todo tipo de violência. Às vezes, imagina-se que só aumenta a violência física, mas a violência da invisibilidade, ela é tão cruel e muitas vezes tão danosa quanto a questão da violência física, é a experiência que a Defensoria Pública trouxe, é muito enriquecedora, foi a questão da mudança do nome, a primeira questão que se coloca é a necessidade da identidade, se falou muito aqui que a sociedade reconheça a dignidade da pessoa que está na condição LGBT. E essa necessidade da identidade é o ponto de partida fundamental, é o próprio ser humano, é a sua própria identidade, quando encontra em rota de colisão com a sua identidade biológica e civil, quando tem no nome da pessoa que não representa a sua dimensão social, então a Defensoria Pública inaugurou uma ação ainda em 2003, que foi a busca judicial para mudança do nome e embora o professor tenha falado de todo esse processo de evolução de conquista e essa dinâmica social, a realidade é que a gente vai ter em grupos uma resistência muito grande ao reconhecimento dessa dinâmica, dessa diversidade e encontra no mundo jurídico um conservadorismo que representa de fato, espelha a identidade e a visão da sociedade naquele momento. Então, o total desconhecimento e a profundidade do tema não condiz com a realidade social e com as reivindicações que esses grupos buscam nessas searas. A Defensoria teve essa experiência que foi muito positiva, mas encontramos posteriormente resistências, visões de mundo. Do indivíduo que tá operando o direito, que o direito não é uma entidade Divina que opera por si só, são seres humanos que operam o direito e aí essas pessoas vão com toda a carga de preconceito, de visão de mundo, de valores e vai manifestar uma vontade aparente do Estado. Então, ao mesmo tempo que tivemos sucesso em algumas ações, tivemos verdadeiro retrocesso em outras, houve casos muito emblemáticos, que determinada a petição, foi distribuída para determinado juiz e promotor e já se sabia de antemão, que a ação seria improcedente se a petição fosse distribuída para o outro juiz, porém, mais atuante, sabia que aquela ação seria julgada procedente, então, buscar essa visibilidade e, realmente, recorrer aos órgãos e entidades protetoras desse direito, disse acreditar, que seja um dos primeiros passos a serem dados, e essa provocação do Judiciário foi bastante avançada, tem uma Cúpula do Supremo Tribunal Federal, reconheceu a validade da união estável, equiparando a casamento e com todas as repercussões, temos resoluções do Conselho Nacional de Justiça, reconhecendo a validade da declaração de união estável e o reconhecimento dessa união em cartórios, independentemente das decisões judiciais foi o modo de atalho encontrado por esses órgãos, porque na primeira instância, a construção tem que ser diária dessas garantias e houve a necessidade da intervenção para que houvesse uma aproximação do Judiciário a essas demandas mais recentes. Encontra-se, infelizmente, ainda, no judiciário, no Ministério Público da própria Defensoria Pública, esta resistência ao reconhecimento dessa garantia. E se você não é provocativo na defesa de suas garantias, você acaba naturalizando algumas violências, achando que aquilo ali é normal e tem que ser assim mesmo. Então, esse primeiro contato, essa experiência da Defensoria Pública é um dos primeiros pontos. Falou ter participado diretamente de uma audiência com esse grupo sobre a questão da adoção do nome social, no âmbito do atendimento da Defensoria Pública, às vezes, parecem medidas pequenas e, às vezes, parecem ser irrelevantes, mas é fundamental como primeiro passo ao reconhecimento e dizendo, enquanto Órgão Público, enquanto Estado, enquanto Executivo e enquanto estado laico tem que se respeitar essa diversidade. Essas orientações, independentemente da carga e do valor individual que traz, enquanto pessoa, ao mesmo tempo em que possa se ter essa indiferença e um modo de pensar diverso, mas não se tem que reconhecer naquele sujeito o núcleo de dignidade de liberdade que jamais poderia ultrapassar e estabelecer um limite de violação a essas intimidades, como o Professor Diniz colocou. Aproveitou ainda para reforçar que a visibilidade, seja um dos primeiros pontos, trazer na questão do reconhecimento da violência física, desde lá na delegacia, em que haja no formulário desses atendimentos a questão da orientação sexual. E a partir dali que se inicia uma investigação, quando você coloca na vala comum essas violências, ela termina por ser invisível e ausência das políticas públicas para frear essas violências que chegam no Campus. Contudo qualquer tipo de violência é inaceitável, mas o grau em que se apresenta, se coloca insustentável

e absolutamente incoerente com estado democrático e de direito em que vivemos. Uma sociedade dinâmica, como a nossa, o professor bem colocou, o determinismo biológico, a visão arcaica da dimensão do ser humano, que é visto como, ou você é homem, ou você é mulher, conforme ouviu isso em audiência, dizendo: “estamos aqui em audiência fazendo uma farsa, porque a pessoa ou nasce homem ou nasce mulher e acabou”. Então, a admissão com que esse indivíduo analisa o drama social e emocional do outro ser humano e o distanciamento desse drama com o outro, não dá para entender como que ainda, hoje, nesses tempos, têm pessoas que pensam dessa forma, pessoas ilustres, pessoas instruídas, não é como a gente poderia dizer, com pensamento restrito dessa forma. Então, acredita que um dos pontos de atuação para combater essa violência seriam alianças estratégicas a serem fomentadas, principalmente com os órgãos garantidores desse direito, e se traz a questão da necessidade do estreitamento com Assembleia Legislativa, que é um excelente parceiro que a Defensoria Pública tem ao longo da sua autonomia, tem tido bastante voz na Assembleia, bastante acolhimento das suas proposições e acredita que não serão diferentes as reivindicações do grupo LGBT no sentido do fortalecimento. Acredita ainda, que a parceria com a Defensoria Pública já está consolidada, na medida dos nossos recursos, da nossa capacidade, a gente tenta atender as demandas vindas do grupo LGBT, mas é importante para o fortalecimento, a necessidade de ampliar essa rede de atuação e trazer outros parceiros, como a SEJUC, que traz a realidade do sistema prisional, uma realidade muito mais cruel quando se trata da questão de orientação sexual, os abusos, a questão da dignidade do ser humano, não deve ser pouco. Outros grandes parceiros são o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, parceiros que valem a pena. São espécies de alianças estratégicas a buscar o fortalecimento de Estudos em que aponte quais as políticas a serem adotadas e quais os modos dessas violências. Então, a Defensoria Pública já se coloca à inteira disposição para se construir esse cenário, agradeceu ao convite e disse que a Defensoria Pública está de portas abertas para atender as reivindicações.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) - Passou a palavra para a Dra. Esdra Brilhante, diretora do Departamento de Justiça, Humanos e Cidadania, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUC, pelo tempo necessário.

Dra. Esdra Brilhante (Diretora do Departamento de Justiça, Humanos e Cidadania - Representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUC) - Cumprimentou a todos, iniciou sua exposição falando como pessoa da sociedade, não é que acredite conhecer tudo, mas começa pela própria casa, disse ter um filho de 4 anos, que tudo pergunta, ele é muito observador e um dia, enquanto almoçavam, entrou uma criança anã no restaurante, ele achou aquilo diferente e começou a querer imitar a criança, como mãe, chamou seu filho num canto e o repreendeu dizendo: “Filho, a mamãe não gosta do jeito que você tá fazendo, não tô gostando, você tá olhando muito, a criança vai ficar sem graça”, segundo, parte de você como educadora, mãe, passar para o seu filho, que todos são iguais e que não é bom ser visto como diferente. Então, não adianta ter lei se dentro da tua casa não tem a educação, de que todo ser humano é igual a você e precisa ser respeitado. Não adianta só uma lei dar garantias ao travesti, ao homossexual, se você não tem esse entendimento. Então, o teu chefe não vai te obrigar a ser diferente, ela falou pelos agentes, pois pedem muito para que respeitem os educandos como pessoas. Então, é algo que se enfrenta no dia a dia, o preconceito, não só pela questão LGBT, já que trabalha e tem orgulho de trabalhar com pessoas que contribuem muito com o departamento, no qual afirma ser um prazer muito grande, falou até então como pessoa da sociedade. Como diretora do departamento, vê que realmente funciona o Núcleo LGBT, na pessoa da Sabrina, que é quem movimenta, mas percebe que não tem muita participação dos demais, não vê a provocação desse núcleo e a SEJUC apaga um incêndio todos os dias, de todos os lados, têm cinco unidades prisionais e que é muito difícil a nossa realidade, então, acaba que vai deixando aquela coisa que não tá te pegando no pé de lado, é normal. Então, disse que não estava para defender, mas vê que se vai dando essas prioridades para coisas mais urgentes e vai esquecendo. Assumiu o compromisso de movimentar esse núcleo, buscar mais profissionais, porque hoje, é só a Sabrina que movimenta, pediu a ajuda também do Diniz, do Neto, pois, se veem nas conferências e em outros eventos que são sempre as mesmas caras, não tem a participação em massa. E é importante que todos estejam engajados, que todos lutem, temos visto muito o Beto, o Diniz, a Sílvia (que não está aqui), a Catarina, mas são sempre os mesmos. Então, é importante que todos abarquem, que todos briguem e que fique um carinho para todos deputados e outras autoridades não só do Legislativo. E na questão que o Dr. Natanael falou, sobre o sistema prisional que não dá esse Tratamento especial para a população LGBT. Hoje, a estrutura da penitenciária não comporta, infelizmente, não tem área específica para travestis e elas realmente sofrem violência contra a dignidade da pessoa lá dentro. Isso é muito triste, teve uma primeira conversa com o Secretário, o doutor Ozziel, assim que assumiu e, levou essa pauta, disse que na reestruturação da PA vai ver esse ponto. Outra questão levantada, foi a possibilidade de manter na unidade feminina

aqueles pessoas com perfil mais feminino. Falou que vai procurar saber se há essa possibilidade. Agradecendo, colocou-se a disposição para responder as perguntas na pessoa do Secretário.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) - Informou que a partir daquele momento, abririam espaço para responder os questionamentos dos participantes recolhidos pela assessoria, passou a pergunta dirigida ao Dr. Natanael, para que o mesmo pudesse respondê-la.

Dr. Natanael de Lima Ferreira (Representando Defensoria Pública Estadual) - A pergunta é: se a privação dos Direitos Humanos de pessoas LGBT pode ser justificada por razões de religião, cultura ou tradição? Ele respondeu que todo sujeito de direito não pode sofrer, a constituição traz isso muito claro, ninguém pode sofrer qualquer tipo de discriminação em função da sua religião, da sua cor ou da sua orientação sexual. Disse que acredita que essa garantia já está consagrada na Constituição, e que falta só um instrumento que garanta esses direitos, no caso, a necessidade de uma lei que reconheça a questão do crime de preconceito, esse é o primeiro ponto. Continuou dizendo, que essa é uma necessidade urgente, que esse comportamento transgressor, seja orientado em função do ódio por orientação sexual da pessoa, receba uma tipificação para que haja uma inibição dessas condutas. Então, essa garantia está consagrada, ninguém pode sofrer qualquer tipo de violência em razão de religião, cultura e tradição, mas, há uma necessidade de crescer o instrumento garantidor e que o protagonista de criação desses instrumentos são exatamente as pessoas vítimas dessa violência, ou seja, o próprio grupo LGBT é quem tem que trabalhar para garantir esses instrumentos de inibição para essas violências.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) - Informou que a próxima pergunta era dirigida ao representante deste Poder sobre o pensamento a respeito das propostas políticas, que implicam a inserção de temas como sexualidade, gênero e preconceito social, sexual e contexto de valores e que ele como representante da Assembleia, responderia a mesma. Disse que, quanto mais se sentia a necessidade de discutir, como exemplo, o Estatuto do Idoso, da Criança e do Adolescente, estão criando outros, garantindo os direitos de outras pessoas também, o Poder Público ainda não levou isso para a escola, acredita que desde o meio ambiente, como outros temas, as pessoas têm que aprender na escola, cada um tem que respeitar o outro, seja meio ambiente seja de qualquer forma, tem que começar pela escola para acabar o preconceito, tem que saber que todo mundo é igual, que todos têm os mesmos direitos, precisa saber que os seus direitos terminam onde começam os direitos das outras pessoas. Então, tem que ser mais debatido, inclusive, o movimento de vocês têm que voltar outras vezes, não só aqui na Assembleia, mas também na Câmara de Vereadores, para que a comunidade possa discutir mais, quanto mais se discute mais se aprende. Tem muita gente ignorante por falta de informação, como, às vezes, não é mulher ou é mulher. Comportamento cada um tem, é um direito seu e tem que ser respeitado. Disse que as pessoas nunca devem ter uma opinião cem por cento formada, as pessoas estão sempre evoluindo e formando opiniões através das mudanças da sociedade e do que se aprende diariamente. Declarou que esse é o seu pensamento e esperava ter respondido a pergunta a contento. Dando continuidade, passou a palavra para o Senhor Roberto Rodrigues Moraes, Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual para suas considerações finais e responder uma pergunta que havia chegado.

Senhor Roberto Rodrigues Moraes (Presidente da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual) - fazendo referência a pergunta, disse que várias falas foram para ressaltar o quanto o estado de Roraima e a militância estabelecida vêm avançando nas conquistas para as minorias LGBTs, no entanto, não havia especificações para população carcerária, travestis e transexuais, tampouco, a visibilidade de luta no âmbito lésbico. Quais os mecanismos para superar esses problemas e invisibilidades pensados em primeiro momento a partir do momento que nós provocamos essa Audiência na Assembleia, como outras ações que nós procuramos fazer de forma educativa justamente para acabar com a invisibilidade. A invisibilidade começa a partir do momento que não tem o conhecimento. E, para se divulgar o conhecimento tem que começar a educar a população, que seja realmente reconhecido e respeitada quanto à questão do sistema carcerário para travestis e transexuais. É um problema que se tem que trabalhar a quatro mãos, junto com a Secretaria de Justiça, o núcleo LGBT da SEJUC, Grupo Diversidade, Associação de Travestis e Transexuais de Roraima, com a presidenta Kelly Sabatella, para que se possa desenvolver políticas que sejam aplicadas no sistema carcerário, para que essa população não fique vilipendiada, e que possa ter uma assistência de qualidade e o respeito que elas merecem e quanto à questão no âmbito lésbico, também tem que se fazer a defesa dos direitos das mulheres lésbicas, hoje, no estado de Roraima tem uma associação, a Atenas (Associação de Lésbica do Estado de Roraima) foi convidada a participar da Audiência Pública justamente para trazer as informações pontuais para essa população, o porquê de se trazer informação em todos os âmbitos, seja para lésbicas, gays, travestis e transexuais. Procuram buscar o fortalecimento. E a melhor forma de combater a invisibilidade é com o emponderamento e conhecimento das políticas e, participar. Quanto

à questão do sistema carcerário, provoca a Secretaria de Justiça, o núcleo LGBT, a Associação dos travestis para sentarem e pensarem em uma solução para atender a população que está encarcerada e, não somente a população de travesti, mas também, a população de lésbica e gays que se encontram no sistema prisional de um adendo dentro dessa questão do sistema carcerário, é a discriminação do jovem gay quando entra no sistema prisional, conforme informações de gays que já estiveram no sistema prisional, que quando chegam lá, são utilizados para fazerem serviços de cozinha, para fazerem os serviços de limpar o chão, ou um passeio para servirem de boneca como muitos dizem. É preciso combater também estas formas de agressões. Nas suas considerações finais agradeceu a esta Casa, aos presentes, representantes de associação, representante de conselho, representante das secretarias e agradecer ainda, a luta dos representantes do Grupo Diversidade e principalmente ao Dr. Marcos Antônio que foi um dos idealizadores da Audiência Pública, lembrou ter fomentado a presente Audiência Pública desde o início e conversou muito com o Diniz, chegou o conversar com a Roberta Marinho sobre a questão de fazer essa Audiência Pública e, infelizmente, no final de Julho e início de agosto teve que se afastar por problemas de saúde. Então, ficou aproximadamente 30 dias afastado, e o Dr. Marcos e o Diniz continuaram a luta. Enfim, graças a Deus a Assembleia atendeu essa solicitação e vocês compareceram para prestigiar, disse ainda, esperar que se possa avançar na provocação que fica para Universidade Federal, para o núcleo LGBT, para a SEJUC, Defensoria Pública, para todos os participantes, para que esse seja o primeiro passo de uma longa caminhada e que na verdade possam avançar cada dia mais em políticas para população LGBT, independente de ser lésbica, gay, transexual, ou qualquer outra forma de discriminação, o que não pode e não deve, é aceitar o desrespeito aos direitos iguais, agradecendo finalizou sua participação.

Senhor Deputado Naldo da Loteria (Presidente da Audiência Pública) - Agradeceu a presença de todos e justificou a ausência dos demais membros da Comissão, lembrando que a Assembleia está no período Eleitoral e, além disso, alguns Deputados já haviam assumido compromisso anteriormente com trabalhos em outras Comissões. Entretanto, que em outras audiências se possa colocar um maior número de participantes para discutir outros pontos, com a intenção de transmitir mais conhecimento e para acabar com o preconceito. Não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a presente Audiência Pública e agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública às dezessete horas e quarenta minutos. E, para constar, eu Edângela Maria de Siqueira Lopes, lavrei a presente Ata, que, após lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Naldo da Loteria  
 Presidente da Audiência Pública

UPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 DIRETORIA DE ASSISTENCIA ÀS COMISSÕES  
 GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES  
**COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/17**

Convocamos os Senhores Deputados Membros desta Comissão: **Chico Mozart, Joaquim Ruiz, Masamy Eda e Valdenir Ferreira** para reunião Extraordinária no dia **04 de abril do corrente**, às 15h, na Sala de Reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, para tratar de assunto de interesse da Comissão e o que couber.

Sala das Sessões, 03 de Abril de 2017.

**Deputada Aurelina Medeiros**  
 Presidente da Comissão.

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES**

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 13/2017

PROCESSO Nº: 070/2017

MODALIDADE: Adesão a Ata de Registro de Preços oriunda do DETRAN/RR - Processo nº 224/12 – Edital do Pregão Presencial nº 12/2016.

OBJETO: **Aquisição de Microcomputadores com monitores de vídeo, teclados, mouse e mousepad, incluindo garantia on-site, pelo período de 36 (trinta e seis meses), além de estabilizador elétrico e nobreak, para o atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa de Roraima/ALE/RR.**

CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

CNPJ: 34.808.220/0001-68

CONTRATADA: **FUTTURA DISTRIBUIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**

CNPJ: 12.713.709/0001-13  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.010310012011/4490-52/101  
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores  
 DATA DA ASSINATURA: 20.03.2017  
 VIGÊNCIA: 20/03/2017 à 31/12/2017  
 VALOR MENSAL: R\$ 550.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)  
 PELA CONTRATANTE: ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO  
 PELA CONTRATADA: TIAGO PROCESI COUTINHO

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

**CONTRATO Nº: 06/2016**  
**PROCESSO Nº: 016/2016**  
**OBJETO: PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/03/2018**  
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 CNPJ: 34.808.220/0001-68  
 CONTRATADA: EDITORA BOA VISTA LTDA  
 CNPJ: 04.653.101/0001-12  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.010310012011/339039-101  
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores  
 DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017  
 VIGÊNCIA: 01/04/2017 à 31/03/2018  
 PELA CONTRATANTE: ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO  
 PELA CONTRATADA: MARCELO PALHARES DE ARAÚJO

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

**CONTRATO Nº: 05/2016**  
**PROCESSO Nº: 016/2016**  
**OBJETO: PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/03/2018**  
 CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 CNPJ: 34.808.220/0001-68  
 CONTRATADA: EDITORA ON LINE LTDA  
 CNPJ: 21.878.520/0001-71  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.010310012011/339039-101  
 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores  
 DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017  
 VIGÊNCIA: 01/04/2017 à 31/03/2018  
 PELA CONTRATANTE: ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO  
 PELA CONTRATADA: MARION BASTOS FARIAS

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

#### RESOLUÇÕES

**ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 2408/2017-SGP**  
**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações, **RETIFICA** na seção Atos Administrativos –referente à Resolução nº 2408/2017/SGP, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2487 de 22 de março de 2017, devido à incorreção do período de férias da servidora.

**Onde se lê:**

**Art. 1º período de 09.12.2016 a 05.06.2017.**

**Leia-se:**

**Art. 1º período de 09.12.2016 a 06.06.2017.**

Palácio Antônio Martins, 03 de abril de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 2419/2017-SGP**  
**A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações, **RETIFICA** na seção Atos Administrativos – referente à Resolução nº 2419/2017/SGP, publicada no Diário da Assembleia

Legislativa, edição nº 2491 de 28 de março de 2017, devido à incorreção do período de férias da servidora.

**Onde se lê:**

**Art. 1º período de 06.01.2017 a 29.06.2017.**

**Leia-se:**

**Art. 1º período de 06.01.2017 a 04.07.2017.**

Palácio Antônio Martins, 03 de abril de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 2427/2017-SGP**  
**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar JAIRO ANDRE RIBEIRO SOUSA, matrícula 19332, CPF: 383.401.002-20**, para exercer o cargo comissionado de Coordenador CA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 21 de março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 03 de abril de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 2428/2017-SGP**  
**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

Considerando o teor da Súmula nº 473 - 03/12/1969 do STF, segundo o qual “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, considerando ainda a Lei nº 418/2004 do Estado de Roraima, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estadual,

**RESOLVE**

**Art. 1º** fica declarada a **VACÂNCIA** do Cargo Comissionado Assistente Parlamentar III AP-12, considerando o óbito do servidor EWERTON DE SOUZA, matrícula 17815, CPF: 614.727.432-53, RG: 000841054 SSP/RR, ocorrido em 26 de setembro de 2016, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 26.09.2016.

Boa Vista - RR, 03 de abril de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 2429/2017-SGP**  
**A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear o servidor **FABIO LUCIO RUIZ DE LIMA, CPF: 509.889.722-04**, do Cargo Comissionado de Coordenador CA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 29 de março de 2017.

Palácio Antônio Martins, 03 de abril de 2017.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812